

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.231.583 - SP (2018/0006237-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AGRAVADO** : **ANDERSON SILVA BURATTO**  
**ADVOGADOS** : **RENATO GUSTAVO ALVES COELHO - DF018903**  
**EMERSON DE HYPOLITO - SP147410**  
**ALISSON RAFAEL FORTI QUESSADA - SP292684**  
**JOAO GUILHERME DE OLIVEIRA - SP243932**  
**AGRAVADO** : **GUMERCINDO TICIANELLI JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **RENATO GUSTAVO ALVES COELHO E OUTRO(S) - DF018903**  
**EMERSON DE HYPOLITO E OUTRO(S) - SP147410**  
**INTERES.** : **AILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **LUIZ NUNES PEGORARO E OUTRO(S) - SP155025**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. ART. 9º DA LEI N. 8.429/1992. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. REQUISITO INDISPENSÁVEL. ABSOLVIÇÃO.

1. A jurisprudência de ambas as Turmas que integram a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de ser imprescindível à configuração do ato de improbidade tipificado no art. 9º da Lei n. 8.429/1992 a existência de elemento subjetivo doloso.

2. Hipótese em que a Corte *a quo*, embora tenha afirmado a ilegalidade na conduta dos agravados GUMERCINDO TICIANELLI JÚNIOR e ANDERSON SILVA BURATTO, não indicou a conduta dolosa, indispensável à configuração dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 9º da Lei n. 8.429/1992, nos termos da orientação jurisprudencial deste Tribunal, não sendo suficiente a simples ilicitude ou imoralidade administrativa para evidenciar a prática do ato ímprobo. Precedentes.

3. Extensão dos efeitos da decisão a AILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA, visto que o elemento subjetivo alusivo à sua conduta (art. 10, XIII, da LIA) também não foi afirmado no acórdão recorrido

4. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 19 de novembro de 2019 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator